

APARELHOS IDEOLÓGICOS DE ESTADO

*Tradução
de*

MARIA LAURA VIVEIROS DE CASTRO

Sobre a Reprodução das Condições de Produção ¹

Impõe-se que tratemos de uma questão apenas esboçada em nossa análise, quando falamos da necessidade de renovação dos meios de produção para que a produção seja possível. Era apenas uma rápida indicação. Considerá-la-emos agora por si mesma.

Como o dizia Marx, até uma criança sabe que uma formação social que não reproduz as condições de produção ao mesmo tempo que produz, não sobreviverá nem por um ano.² Portanto a condição última da produção é a reprodução das condições de produção. Esta pode ser "simples" (e então se limita a reproduzir as condições pré-existentes de produção) ou "ampliada" (quando as amplia). Deixemos, por hora, esta distinção de lado:

O que é então a Reprodução das Condições de Produção?

Penetramos aqui num domínio ao mesmo tempo bastante familiar, desde o Livro II do Capital, e singu-

1 O texto a ser lido se constitui de dois trechos de um estudo ainda em curso. O autor fez questão de intitulá-los Notas para uma pesquisa. As idéias expostas devem ser consideradas como uma introdução à discussão.

2 Carta a Kugelmann, 11-7-1868 (Cartas sobre o Capital, Ed Sociales, p. 229).

larmente desconhecido. As evidências tenazes (evidências ideológicas de caráter empirista) do ponto de vista da mera produção e da simples prática produtiva (abstrata em si mesma com relação ao processo de produção) se incorporam de tal forma à nossa consciência cotidiana que é extremamente difícil, para não dizer quase impossível, alcançar o ponto de vista da reprodução. Portanto, se este ponto de vista não é adotado, tudo permanece abstrato (mais do que parcial: deformado) mesmo ao nível da produção, e, com mais razão ainda, ao nível da simples prática.

Tentaremos examinar as coisas com método.

Para simplificar nossa exposição e se consideramos que toda formação social é resultado de um modo de produção dominante, podemos dizer que o processo de produção aciona as forças produtivas existentes em e sob relações de produção definidas.

Segue-se que toda formação social para existir, ao mesmo tempo que produz, e para poder produzir, deve reproduzir as condições de sua produção. Ela deve, portanto, reproduzir:

- 1) as forças produtivas
- 2) as relações de produção existentes

A Reprodução dos Meios de Produção

Todo mundo reconhece (mesmo os economistas burgueses que cuidam da contabilidade nacional e os modernos teóricos "macro-economistas"), uma vez que Marx impôs a demonstração no Livro II de "O Capital", que não há produção possível sem que seja assegurada a reprodução das condições materiais da produção: a reprodução dos meios de produção.

Qualquer economista, que nisto não se distingue de qualquer capitalista, sabe que é preciso anualmente prever a reposição do que se esgota ou se utiliza na produção: matéria-prima, instalações fixas (constru-

ções), instrumentos de produção (máquinas), etc... Dizemos: qualquer economista, qualquer capitalista, enquanto ambos expressam o ponto de vista da empresa, contentando-se em comentar simplesmente os termos da prática financeira contábil da empresa.

Porém sabemos, graças ao gênio de Quesnay — que foi o primeiro a formular este problema que “salta aos olhos” — e ao gênio de Marx — que o resolveu — que não é ao nível da empresa que a reprodução das condições materiais da produção pode ser pensada; pois não é nesse nível que ela existe em suas condições reais. O que acontece ao nível da empresa é um efeito, que dá apenas a idéia da necessidade da reprodução, mas que não permite absolutamente pensar suas condições e seus mecanismos.

Basta refletir um pouco para se convencer: o Sr. X, capitalista, que produz tecidos de lã em sua fábrica, deve “reproduzir” sua matéria-prima, suas máquinas, etc... Porém quem as produz para a sua produção são outros capitalistas: o Sr. Y, um grande criador de ovelhas da Austrália; o Sr. Z, grande industrial metalúrgico, produtor de máquinas-ferramentas, etc, etc, devem por sua vez, para produzir esses produtos que condicionam a reprodução das condições de produção do Sr. X, reproduzir as condições de sua própria produção, e assim infinitamente, tudo isso numa proporção tal que, no mercado nacional (quando não no mercado mundial), a demanda de meios de produção (para a reprodução) possa ser satisfeita pela oferta.

Para pensar este mecanismo que constitui uma espécie de “fio sem fim”, é necessário seguir a trajetória “global” de Marx, e estudar especialmente as relações de circulação do capital entre o Setor I (produção dos meios de produção) e o Setor II (produção dos meios de consumo), e a realização da mais-valia, nos Livros II e III do Capital.

Não penetraremos na análise desta questão. Basta-nos haver mencionado a existência da necessidade da reprodução das condições materiais da produção.

Reprodução da força de trabalho

Certamente alguma coisa terá chamado a atenção do leitor. Referimo-nos à reprodução dos meios de produção, mas não à reprodução das forças produtivas. Omitimos portanto a reprodução do que distingue as forças produtivas dos meios de produção, a saber a reprodução da força de trabalho.

Se a observação do que ocorre na empresa, especialmente o exame da prática financeira contábil das previsões de amortização-inversão, pode dar-nos uma idéia aproximada da existência do processo material da reprodução, entramos agora num domínio no qual a observação do que ocorre na empresa é, senão totalmente, quase que totalmente inútil, e por uma boa razão: a reprodução da força de trabalho se dá, no essencial, fora da empresa.

Como se assegura a reprodução da força de trabalho? Ela é assegurada ao se dar à força de trabalho o meio material de se reproduzir: o salário. O salário consta na contabilidade de cada empresa, mas como "capital mão-de-obra"³ e de forma alguma como condição da reprodução material da força de trabalho.

No entanto é assim que ele "atua", uma vez que o salário representa apenas a parte do valor produzido pelo gasto da força de trabalho, indispensável para sua reprodução, quer dizer, indispensável para a reconstituição da força de trabalho do assalariado (para a habitação, vestuário e alimentação, em suma, pra que ele esteja em condições de tornar a se apresentar na manhã seguinte — e todas as santas manhãs — ao guichê da empresa); e acrescentemos: indispensável para a criação e educação das crianças nas quais o proletariado se reproduz (em X unidades: podendo X ser igual a 0,1,2, etc...) como força do trabalho.

Lembremos que esta quantidade de valor (o salário) necessário para a reprodução da força de trabalho

³ Marx elaborou o conceito científico desta noção: capital variável.

não está apenas determinada pelas necessidades de um S.M.I.G. "biológico", mas também por um mínimo histórico (Marx assinalava: os operários ingleses precisam de cerveja e os operários franceses de vinho) e, portanto, historicamente variável.

Lembremos também que esse mínimo é duplamente histórico enquanto não está definido pelas necessidades históricas da classe operária reconhecidas pela classe capitalista, mas por necessidades históricas impostas pela luta da classe operária (dupla luta de classes: contra o aumento da jornada de trabalho e contra a diminuição dos salários).

Entretanto não basta assegurar à força de trabalho as condições materiais de sua reprodução para que se reproduza como força de trabalho. Dissemos que a força de trabalho disponível deve ser "competente", isto é, apta a ser utilizada no sistema complexo do processo de produção. O desenvolvimento das forças produtivas e o tipo de unidade historicamente constitutivo das forças produtivas num dado momento determinam que a força de trabalho deve ser (diversamente) qualificada e então reproduzida como tal. Diversamente: conforme às exigências da divisão social-técnica do trabalho, nos seus diferentes "cargos" e "empregos".

Ora, vejamos, como se dá esta reprodução da qualificação (diversificada) da força de trabalho no regime capitalista? Ao contrário do que ocorria nas formações sociais escravistas e servis, esta reprodução da qualificação da força de trabalho tende (trata-se de uma lei tendencial) a dar-se não mais no "local de trabalho" (a aprendizagem na própria produção) porém, cada vez mais, fora da produção, através do sistema escolar capitalista e de outras instâncias e instituições.

Ora, o que se aprende na escola? É possível chegar-se a um ponto mais ou menos avançado nos estudos, porém de qualquer maneira aprende-se a ler, escrever, e contar, ou seja, algumas técnicas, e outras coisas também, inclusive elementos (que podem ser rudimentares ou ao contrário aprofundados) de "cultura científica" ou "literária" diretamente utilizáveis nos diferentes pos-

tos da produção (uma instrução para os operários, uma outra para os técnicos, uma terceira para os engenheiros, uma última para os quadros superiores, etc...) Aprende-se o "know-how".

Porém, ao mesmo tempo, e junto com essas técnicas e conhecimentos, aprendem-se na escola as "regras" do bom comportamento, isto é as conveniências que devem ser observadas por todo agente da divisão do trabalho conforme o posto que ele esteja "destinado" a ocupar; as regras de moral e de consciência cívica e profissional, o que na realidade são regras de respeito à divisão social-técnica do trabalho e, em definitivo, regras da ordem estabelecida pela dominação de classe. Aprende-se também a "falar bem o idioma", a "redigir bem", o que na verdade significa (para os futuros capitalistas e seus servidores) saber "dar ordens", isto é, (solução ideal) dirigir-se adequadamente aos operários etc...

Enunciando este fato numa linguagem mais científica, diremos que a reprodução da força de trabalho não exige somente uma reprodução de sua qualificação mas ao mesmo tempo uma reprodução de sua submissão às normas da ordem vigente, isto é, uma reprodução da submissão dos operários à ideologia dominante por parte dos operários e uma reprodução da capacidade de perfeito domínio da ideologia dominante por parte dos agentes da exploração e repressão, de modo a que eles assegurem também "pela palavra" o domínio da classe dominante.

Em outras palavras, a escola (mas também outras instituições do Estado, como a Igreja e outros aparelhos como o Exército) ensina o "know-how" mas sob formas que asseguram a submissão à ideologia dominante ou o domínio de sua "prática". Todos os agentes da produção, da exploração e da repressão, sem falar dos "profissionais da ideologia" (Marx) devem de uma forma ou de outra estar "imbuídos" desta ideologia para desempenhar "consciosamente" suas tarefas, seja a de explorados (os operários), seja a de exploradores (capitalistas), seja a de auxiliares na exploração

(os quadros), seja a de grandes sacerdotes da ideologia dominante (seus "funcionários") etc...

A reprodução da força de trabalho evidencia, como condição *sine quae non*, não somente a reprodução de sua "qualificação" mas também a reprodução de sua submissão à ideologia dominante, ou da "prática" desta ideologia, devendo ficar claro que não basta dizer: "não somente mas também", pois a reprodução da qualificação da força de trabalho se assegura em e sob as formas de submissão ideológica.

Com o que reconhecemos a presença de uma nova realidade: a ideologia.

Faremos aqui duas observações:

A primeira servirá para completar nossa análise da reprodução.

Acabamos de estudar rapidamente as formas da reprodução das forças produtivas, ou seja, dos meios de produção por um lado e da força de trabalho por outro.

Porém não abordamos ainda a questão da reprodução das relações de produção. Este é um problema crucial da teoria marxista do modo de produção. Se o deixássemos no silêncio cometeríamos uma omissão teórica — pior, um grave erro político.

Trataremos portanto desta questão. Mas para obtermos os meios de fazê-lo, temos que novamente dar uma grande volta.

A segunda observação é que para dar esta volta somos obrigados a recolocar nossa velha questão: o que é uma sociedade?

Infra-estrutura e Superestrutura

Já tivemos a oportunidade⁴ de insistir sobre o caráter revolucionário da concepção marxista do "todo

⁴ Em *Pour Marx e Lire le Capital*. Maspero, 1965.

social", naquilo em que ela se distingue da "totalidade" hegeliana. Dissemos, (e esta tese apenas repetia célebres proposição do materialismo histórico) que Marx concebe a estrutura de toda a sociedade como constituída por "níveis" ou "instâncias" articuladas por uma determinação específica: a infra-estrutura ou base econômica ("unidade" de forças produtivas e relações de produção), e a superestrutura, que compreende dois "níveis" ou "instâncias": a jurídico-política (o direito e o Estado) e a ideológica (as distintas ideologias, religiosa, moral, jurídica, política, etc...)

Além de seu interesse teórico-pedagógico (que aponta a diferença entre Marx e Hegel), esta representação oferece a seguinte vantagem teórica fundamental: ela permite inscrever no quadro teórico de seus conceitos essenciais o que denominamos seu *índice de eficácia respectivo*. O que se entende por isto?

Qualquer um pode facilmente perceber que a representação da estrutura de toda a sociedade como um edifício composto por uma base (infra-estrutura) sobre a qual erguem-se os dois "andares" da superestrutura constitui uma metáfora, mais precisamente, uma metáfora espacial: um tópicus.⁵ Como toda metáfora, esta sugere, faz ver alguma coisa. O que? Justamente isto: que os andares superiores não poderiam "sustentar-se" (no ar) por si sós se não se apoiassem sobre sua base.

A metáfora do edifício tem então como objetivo primeiro representar a "determinação em última instância" pela base econômica. Esta metáfora espacial tem então como resultado dotar a base de um índice de eficácia conhecido nos célebres termos: determinação em última instância do que ocorre nos "andares" da superestrutura pelo que ocorre na base econômica.

A partir deste índice de eficácia "em última instância", os "andares" da superestrutura encontram-se evi-

⁵ *Tópico*, do grego *topos*: local. Um tópicus representa, num espaço definido, os locais respectivos ocupados por esta ou aquela realidade: desta maneira o econômico está embaixo (a base) e a superestrutura em cima.

dentemente afetados por diferentes índices de eficácia. Que tipo de índices?

Pode-se dizer que os andares da superestrutura não são determinantes em última instância, mas que são determinados pela eficácia da base; que se eles são a seu modo (ainda não definido) determinantes, apenas o são enquanto determinados pela base.

Seu índice de eficácia (ou de determinação), enquanto determinado pela determinação em última instância da base, é pensado pela tradição marxista sob duas formas: 1) a existência de uma "autonomia relativa" da superestrutura em relação à base; 2) a existência de uma "ação de retorno" da superestrutura sobre a base.

Podemos então afirmar que a grande vantagem teórica do tipo de eficácia "derivada" próprio à superestrutura (base e superestrutura) consiste em mostrar ao mesmo tempo que as questões de determinação (ou de índice de eficácia) são fundamentais; e que é a base que determina em última instância todo o edifício; como consequência somos obrigados a colocar o problema teórico do tipo de eficácia "derivada" próprio à superestrutura, isto é, somos obrigados a pensar no que a tradição marxista designa pelos termos conjuntos de autonomia relativa da superestrutura e de "ação de retorno" da superestrutura sobre a base.

O maior inconveniente desta representação da estrutura de toda a sociedade pela metáfora espacial do edifício está evidentemente no fato de ser ela metafórica: isto é, de permanecer descritiva.

Parece-nos desejável e possível representar as coisas de outra maneira.

Que sejamos bem entendidos: não recusamos em absoluto a metáfora clássica, já que ela mesma nos obriga a superá-la. E não a superaremos afastando-a como caduca. Pretendemos simplesmente pensar o que ela nos dá sob a forma de uma descrição.

Pensamos que é a partir da reprodução que é possível e necessário pensar o que caracteriza o essencial da existência e natureza da superestrutura. Basta colocar-se no ponto de vista da reprodução para que se esclareçam muitas questões que a metáfora espacial do edifício indicava a existência sem dar-lhes resposta conceitual.

Sustentamos como tese fundamental que somente é possível levantar estas questões (e portanto respondê-las) *a partir do ponto de vista da reprodução*.

Analisaremos brevemente o Direito, o Estado e a ideologia a partir deste ponto de vista. E mostraremos ao mesmo tempo o que ocorre a partir do ponto de vista da prática e da produção por um lado, e da reprodução por outro.

O Estado

A tradição marxista é formal: desde o *Manifesto* e do *18 Brumário* (e em todos os textos clássicos posteriores, sobretudo no de Marx sobre a *Comuna de Paris* e no de Lênin sobre o *Estado e a Revolução*), o Estado é explicitamente concebido como um aparelho repressivo. O Estado é uma “máquina” de repressão que permite às classes dominantes (no século XIX à classe burguesa e à “classe” dos grandes latifundiários) assegurar a sua dominação sobre a classe operária, para submetê-la ao processo de extorsão da mais-valia (quer dizer, à exploração capitalista).

O Estado é, antes de mais nada, o que os clássicos do marxismo chamaram de *o aparelho de Estado*. Este termo compreende: não somente o aparelho especializado (no sentido estrito), cuja existência e necessidade reconhecemos pelas exigências da prática jurídica, a saber: a política — os tribunais — e as prisões; mas também o exército, que intervém diretamente como força repressiva de apoio em última instância (o proletariado pagou com seu sangue esta experiência) quando a polícia e seus órgãos auxiliares são “ultrapassados pelos

acontecimentos”; e, acima deste conjunto, o Chefe de Estado, o Governo e a Administração.

Apresentada desta forma, a “teoria marxista-leninista” do Estado toca o essencial, e não se trata por nenhum momento de duvidar que está aí o essencial. O aparelho de Estado que define o Estado como força de execução e de intervenção repressiva “a serviço das classes dominantes”, na luta de classes da burguesia e seus aliados contra o proletariado é o Estado, e define perfeitamente a sua “função” fundamental.

Da Teoria Descritiva à Teoria Propriamente Dita

No entanto, como o assinalamos na metáfora do edifício (infra-estrutura e superestrutura) também esta apresentação da natureza do Estado permanece descritiva em parte.

Como usaremos constantemente este adjetivo (descritivo) torna-se necessária uma explicação que elimine qualquer equívoco.

Quando, ao falarmos da metáfora do edifício ou da teoria marxista do Estado dizemos que são concepções ou representações descritivas de seu objeto, não escondemos nenhuma segunda intenção crítica. Pelo contrário, tudo leva a crer que os grandes descobrimentos científicos não podem deixar de passar pela etapa que chamamos uma “teoria” descritiva. Esta seria a primeira etapa de toda teoria, ao menos no campo da ciência das formações sociais. Como tal, poder-se-ia, — e no nosso entender deve-se — encarar esta etapa como transitória e necessária ao desenvolvimento da teoria. A nossa expressão: “teoria descritiva” aponta este caráter transitório ao mostrar, pela conjunção dos termos empregados, o equivalente a uma espécie de “contradição”. Com efeito, o termo teoria choca-se em parte com o adjetivo “descritiva” que o acompanha. Isso significa exatamente: 1) que a “teoria descritiva” é, sem dúvida alguma, o começo sem retorno da teoria, porém, 2) que a forma “descritiva” em que se apresenta a teoria exige,

pelo efeito mesmo desta "contradição", um desenvolvimento da teoria que supere a forma da "descrição".

Precisemos nosso pensamento voltando ao nosso objeto presente: o Estado.

Quando dizemos que a "teoria" marxista do Estado que utilizamos é parcialmente "descritiva", isto significa em primeiro lugar e antes de mais nada que esta "teoria" descritiva é, sem dúvida alguma, o início da teoria marxista do Estado, e que tal início nos fornece o essencial isto é, o princípio decisivo de todo desenvolvimento posterior da teoria.

Diremos, com efeito, que a teoria descritiva do Estado é justa uma vez que a definição dada por ela de seu objeto pode perfeitamente corresponder à imensa maioria dos fatos observáveis no domínio que lhe concerne. Assim, a definição de Estado como Estado de classe, existente no aparelho repressivo de Estado, elucidada de maneira fulgurante todos os fatos observáveis nos diferentes níveis da repressão, qualquer que seja o seu domínio: desde os massacres de junho de 1848 e da Comuna de Paris, do domingo sangrento de maio de 1905 em Petrogrado, da Resistência, de Charonne, etc. . . . até as mais simples (e relativamente anódinas) intervenções de uma "censura" que proíbe a *Religiosa* de Diderot ou uma obra de Gatti sobre Franco; elucidada todas as formas diretas ou indiretas de exploração e extermínio das massas populares (as guerras imperialistas); elucidada a sutil dominação cotidiana aonde se evidencia (nas formas da democracia política, por exemplo) o que Lênin chamou depois de Marx de ditadura da burguesia.

Entretanto, a teoria descritiva do Estado representa uma etapa da constituição da teoria, que exige ela mesma a "superação" desta etapa. Portanto está claro que se a definição em questão nos fornece os meios para identificar e reconhecer os fatos opressivos e articulá-los com o Estado concebido como aparelho repressivo de Estado, esta "articulação" dá lugar a um tipo de evidência muito especial, a que teremos oportunidade de nos referir mais adiante: "Sim, é assim, está

prefeito!"⁶ E a acumulação de fatos à definição do Estado, ainda que multiplique sua ilustração, não faz com que esta definição avance, não permite realmente o avanço da teoria científica do Estado. Toda teoria descritiva corre o risco de "bloquear" o desenvolvimento indispensável da teoria.

Por isso acreditamos que, para desenvolver a teoria descritiva em teoria propriamente dita, isto é, para melhor compreender os mecanismos do Estado em seu funcionamento, é indispensável *acrescentar* algo à definição clássica do Estado como aparelho de Estado.

O essencial da teoria marxista do Estado

Precisemos inicialmente um ponto importante: O Estado (e sua existência em seu aparelho) só tem sentido em função do *poder de Estado*. Toda luta política das classes gira em torno do Estado. Entendamos: em torno da posse, isto é, da tomada e manutenção do poder de Estado por uma certa classe ou por uma aliança de classes ou frações de classes. Esta primeira observação nos obriga a distinguir o poder de Estado (manutenção ou tomada do poder de Estado), objetivo da luta de classes política de um lado, do aparelho de Estado de outro.

Sabemos que o aparelho de Estado pode permanecer de pé, como o demonstram as "revoluções" burguesas do século XIX na França (1830, 1848), os golpes de estado (2 de dezembro de 1851, maio de 1958), as comoções de estado (queda do Império em 1870, queda da III República em 1940), a ascensão política da pequena burguesia (1890-1895 na França), etc, sem ser afetado ou modificado; pode permanecer de pé sob acontecimentos políticos que afetem a posse do poder de Estado.

Mesmo depois de uma revolução social como a de 1917, grande parte do aparelho de Estado permanecia

6 Ver mais adiante: Acerca da ideologia.

de pé quando da tomada do poder pela aliança do proletariado e do campesinato pobre: Lênin o repetiu inúmeras vezes.

Pode-se dizer que esta distinção entre poder de Estado e aparelho de Estado faz parte da "teoria marxista" do Estado de maneira explícita depois do 18 Brumário e das lutas de classes na França, de Marx.

Resumindo este aspecto da "teoria marxista do Estado", podemos dizer que os clássicos do marxismo sempre afirmaram que: 1) o Estado é o aparelho repressivo do Estado; 2) deve-se distinguir o poder de estado do aparelho de Estado; 3) o objetivo da luta de classes diz respeito ao poder de Estado e conseqüentemente à utilização do aparelho de Estado pelas classes (ou alianças de classes ou frações de classes) que detêm o poder de Estado em função de seus objetivos de classe e 4) o proletariado deve tomar o poder do Estado para destruir o aparelho burguês existente, substituí-lo em uma primeira etapa por um aparelho de Estado completamente diferente, proletário, e elaborar nas etapas posteriores um processo radical, o da destruição do Estado (fim do poder do Estado e de todo aparelho de Estado).

Assim, deste ponto de vista, o que proporia que se acrescentasse à "teoria marxista" do Estado já está contido nela com todas as letras. Porém parece-nos que esta teoria completada desta forma permanece ainda em parte descritiva, se bem que já contenha elementos complexos e diferenciados cujas regras e funcionamento não podem ser compreendidos sem o recurso a um aprofundamento teórico suplementar.

Os Aparelhos Ideológicos do Estado

O que deve ser acrescentado à "teoria marxista" do Estado é, então, outra coisa.

Devemos avançar com prudência num campo em que os clássicos do marxismo nos precederam há muito, mas sem ter sistematizado sob uma forma teórica os avanços decisivos que suas experiências e procedimen-

tos implicam. Com efeito, suas experiências e procedimentos permaneceram sobretudo no campo da prática política.

Na verdade, os clássicos do marxismo, em sua prática política, trataram do Estado como uma realidade mais complexa do que a da definição da "teoria marxista do Estado", mesmo completado como acabamos de fazer. Eles perceberam esta complexidade em sua prática, porém não a exprimiram numa teoria correspondente.⁷

Gostaríamos de esboçar muito esquematicamente essa teoria correspondente. Com este objetivo propomos a seguinte tese:

Para fazer avançar a teoria do Estado é indispensável ter em conta não somente a distinção entre *poder de Estado e aparelho de Estado*, mas também outra realidade que se manifesta junto ao aparelho (repressivo) do Estado, mas que não se confunde com ele. Chamaremos esta realidade pelo seu conceito: *os aparelhos ideológicos do Estado*.

O que são os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE)?

Eles não se confundem com o aparelho (repressivo) do Estado. Lembremos que, na teoria marxista, o aparelho de Estado (AE) compreende: o governo, a administração, o exército, a polícia, os tribunais, as prisões, etc, que constituem o que chamaremos a partir de agora de aparelho repressivo do Estado. Repressivo indica que o aparelho de Estado em questão "funciona através da violência" — ao menos em situações limites (pois

⁷ Ao que sabemos, Gramsci é o único que avançou no caminho que retomamos. Ele teve a idéia "singular" de que o Estado não se reduzia ao aparelho (repressivo) de Estado, mas compreendia, como dizia, um certo número de instituições da "sociedade civil": a Igreja, as Escolas, os sindicatos etc. Infelizmente Gramsci não sistematizou suas intuições, que permaneceram no estado de anotações argutas mas parciais (cf. Gramsci: *Oeuvres Choisies*, Ed Sociales, pp. 290, 291 (Nota 3), 293, 295, 436. Cf. *Lettres de la Prison*, Ed Sociales, p. 313).

a repressão administrativa, por exemplo, pode revestir-se de formas não físicas).

Designamos pelo nome de aparelhos ideológicos do Estado um certo número de realidades que apresentam-se ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas. Propomos uma lista empírica, que deverá necessariamente ser examinada em detalhe, posta à prova, retificada e remanejada. Com todas as reservas que esta exigência acarreta podemos, pelo momento, considerar como aparelhos ideológicos do Estado as seguintes instituições (a ordem de enumeração não tem nenhum significado especial):

AIE religiosos (o sistema das diferentes Igrejas)

AIE escolar (o sistema das diferentes "escolas" públicas e privadas)

AIE familiar ⁸

AIE jurídico ⁹

AIE político (o sistema político, os diferentes Partidos)

AIE sindical

AIE de informação (a imprensa, o rádio, a televisão, etc. . .)

AIE cultural (Letras, Belas Artes, esportes, etc. . .)

Nós afirmamos: os AIE não se confundem com o Aparelho (repressivo) de Estado. Em que consiste a diferença?

8 A família desempenha claramente outras "funções" que a de AIE. Ela intervém na reprodução da força de trabalho. Ela é, dependendo dos modos de produção, unidade de produção e (ou) unidade de consumo.

9 O "Direito" pertence ao mesmo tempo ao Aparelho (repressivo) do Estado e ao sistema dos AIE.

Num primeiro momento podemos observar que se existe *um* Aparelho (repressivo) do Estado, existe uma pluralidade de Aparelhos Ideológicos do Estado. Supondo a sua existência, a unidade que constitui esta pluralidade de AIE não é imediatamente visível.

Num segundo momento, podemos constatar que enquanto que o Aparelho (repressivo) do Estado, unificado, pertence inteiramente ao domínio público, a maior parte dos Aparelhos Ideológicos do Estado (em sua aparente dispersão) remete ao domínio privado. As Igrejas, os Partidos, os Sindicatos, as famílias, algumas escolas, a maioria dos jornais, as empresas culturais etc, etc, são privadas.

Deixemos de lado, pelo momento, nossa primeira observação. Mas detenhamo-nos na segunda, indagando em nome de que podemos considerar como Aparelhos Ideológicos *do Estado* instituições que, em sua maioria, não possuem estatuto público, e que são simplesmente instituições privadas. Como marxista consciente, Gramsci já respondera a esta objeção. A distinção entre o público e o privado é uma distinção intrínseca ao direito burguês, e válida nos domínios (subordinados) aonde o direito burguês exerce seus "poderes". O domínio do Estado lhe escapa, pois este está "além do Direito": o Estado, que é o Estado *da* classe dominante, não é nem público nem privado, ele é ao contrário a condição de toda distinção entre o público e o privado. Digamos a mesma coisa partindo dos nossos Aparelhos Ideológicos do Estado. Pouco importa se as instituições que os constituem sejam "públicas" ou "privadas". O que importa é o seu funcionamento. Instituições privadas podem perfeitamente "funcionar" como Aparelhos Ideológicos do Estado. Seria suficiente uma análise um pouco mais profunda de qualquer dos AIE para mostrá-lo.

Mas vamos ao essencial. O que distingue os AIE do Aparelho (repressivo) do Estado, é a seguinte diferença fundamental: o Aparelho repressivo do Estado "funciona através da violência" ao passo que os Aparelhos Ideológicos do Estado "funcionam através da ideologia".

Podemos precisar, retificando esta distinção. Diremos, com efeito, que todo Aparelho do Estado, seja ele repressivo ou ideológico, "funciona" tanto através da violência como através da ideologia, mas com uma diferença muito importante, que impede que se confundam os Aparelhos Ideológicos do Estado com o Aparelho (repressivo) do Estado.

O aparelho (repressivo) do Estado funciona predominantemente através da repressão (inclusive a física) e secundariamente através da ideologia. (Não existe aparelho unicamente repressivo). Exemplos: o Exército e a Polícia funcionam também através de ideologia, tanto para garantir sua própria coesão e reprodução, como para divulgar os "valores" por eles propostos.

Da mesma forma, mas inversamente, devemos dizer que os Aparelhos Ideológicos do Estado funcionam principalmente através da ideologia, e secundariamente através da repressão seja ela bastante atenuada, dissimulada, ou mesmo simbólica. (Não existe aparelho puramente ideológico). Desta forma, a Escola, as Igrejas "moldam" por métodos próprios de sanções, exclusões, seleção etc... não apenas seus funcionários mas também suas ovelhas. E assim a Família... Assim o Aparelho IE cultural (a censura, para mencionar apenas ela) etc.

Será preciso dizer que esta determinação do duplo "funcionamento" (de forma principal, de forma secundária) através da repressão ou através da ideologia, segundo a qual trata-se ou do Aparelho (repressivo) do Estado ou dos Aparelhos Ideológicos do Estado, permite compreender que constantemente tecem-se sutis combinações tácitas ou explícitas entre o jogo do Aparelho (repressivo) do Estado e o jogo dos Aparelhos Ideológicos do Estado? A vida cotidiana oferece-nos inúmeros exemplos, que todavia devemos estudar detalhadamente para superarmos esta simples observação.

Esta observação nos possibilita compreender o que constitui a unidade do corpo aparentemente disperso dos AIE. Se os AIE "funcionam" predominantemente através da ideologia, o que unifica a sua diversidade

é este funcionamento mesmo, na medida em que a ideologia, na qual funcionam, está de fato sempre unificada, apesar da sua diversidade e contradições, sob a ideologia dominante, que é a ideologia da "classe dominante". Se consideramos que por princípio a "classe dominante" detém o poder do Estado (de forma clara ou, mais frequentemente por alianças de classes ou de frações de classes) e que dispõe portanto do Aparelho (repressivo) do Estado, podemos admitir que a mesma classe dominante seja ativa nos Aparelhos Ideológicos do Estado. Bem entendido, agir por leis e decretos no Aparelho (repressivo) do Estado é outra coisa que agir através da ideologia dominante nos Aparelhos Ideológicos do Estado. Seria preciso detalhar esta diferença, — que no entanto não deve encobrir a realidade de uma profunda identidade. Ao que sabemos, *nenhuma classe pode, de forma duradoura, deter o poder do Estado sem exercer ao mesmo tempo sua hegemonia sobre e nos Aparelhos Ideológicos do Estado.* Cito apenas um exemplo e prova: a lancinante preocupação de Lênin em revolucionar o Aparelho ideológico de Estado escolar (entre outros) para permitir ao proletariado soviético, que se apropriara do poder do Estado, garantir nada mais nada menos do que o próprio futuro da ditadura do proletariado e a passagem para o socialismo.¹⁰

A burguesia detém
AE e AIE

Esta última observação nos permite compreender que os Aparelhos ideológicos do Estado podem não apenas ser os meios mas também o lugar da luta de classes, e frequentemente de formas encarniçadas da luta de classes. A classe (ou aliança de classes) no poder não dita tão facilmente a lei nos AIE como no aparelho (repressivo) do Estado, não somente porque as antigas classes dominantes podem conservar durante muito tempo fortes posições naqueles, mas porque a resistência das classes exploradas pode encontrar o meio e a ocasião de expressar-se neles, utilizando as contra-

10 Em um texto patético, datado de 1937, Krupskaja relata os esforços desesperados de Lênin, e o que ela via como o seu fracasso ("Le chemin parcouru").

dições existentes ou conquistando pela luta posições de combate ^{10 bis}.

Concluamos nossas observações.

Se a tese que propusemos tem fundamento, voltamos, precisando-a quanto a uma questão, à teoria marxista clássica do Estado. Diremos que por um lado é preciso distinguir o poder do Estado (sua detenção por...) e por outro o Aparelho de Estado. Mas acrescentamos que o Aparelho de Estado compreende dois corpos: o corpo das instituições que constituem o aparelho repressivo do Estado, e o corpo de instituições que representam o corpo dos Aparelhos Ideológicos do Estado.

Mas, se é assim, não podemos deixar de colocar a seguinte questão, mesmo no estado bastante sumário de nossas indicações: qual é exatamente o papel dos Aparelhos Ideológicos do Estado? qual é o fundamento de sua importância? Em outras palavras: a que corresponde a "função" destes Aparelhos Ideológicos do

10 bis O que, em breves palavras, se diz aqui acerca da luta de classes nos AIE não pretende evidentemente esgotar a questão de luta de classes.

Para tratar desta questão, deve-se ter presente dois princípios.

O primeiro princípio foi formulado por Marx no prefácio da *Contribuição*: "Quando consideramos tais abalos (uma revolução social), é necessário distinguir entre o abalo material — que pode ser constatado de maneira cientificamente rigorosa — das condições de produção econômicas, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas através das quais os homens tomam consciência deste conflito e o levam até o fim". A luta de classes se expressa e se exerce portanto nas formas ideológicas, e portanto se exerce também nas formas ideológicas dos AIE. Mas a luta de classes ultrapassa amplamente estas formas, e é porque ela as ultrapassa que a luta das classes exploradas pode se exercer nos AIE, voltando a arma da ideologia contra as classes no poder.

Isto em função do segundo princípio: a luta das classes ultrapassa os AIE porque ela não tem suas raízes na ideologia, mas na Infraestrutura, nas relações de produção, que são relações de exploração, e que constituem a base das relações de classe.

Estado, que não funcionam através da repressão, mas da ideologia?

Sobre a reprodução das relações de produção

Podemos então responder à nossa questão central, mantida em suspenso por tanto tempo: como é assegurada a reprodução das relações de produção?

Na linguagem metafórica do tópico (Infra-estrutura, Superestrutura) diremos: ela é, em grande parte¹¹, assegurada pela superestrutura jurídico-política e ideológica.

Porém, uma vez que julgamos indispensável ultrapassar esta linguagem ainda descritiva, diremos: ela é, em grande parte¹¹, assegurada pelo exercício do poder do Estado nos Aparelhos de Estado, o Aparelho (repressivo) do Estado, por um lado, e os Aparelhos Ideológicos do Estado por outro.

Reunimos o que foi dito anteriormente nos três pontos seguintes:

1. Todos os aparelhos do Estado funcionam ora através da repressão, ora através da ideologia, com a diferença, de que o Aparelho (repressivo) do Estado funciona principalmente através da repressão enquanto que os Aparelhos Ideológicos do Estado funcionam principalmente através da ideologia.

2. Ao passo que o Aparelho (repressivo) do Estado constitui um todo organizado cujos diversos componentes estão centralizados por uma unidade de direção, a da política da luta de classes aplicada pelos representantes políticos das classes dominantes, que detém o poder do Estado, — os Aparelhos Ideológicos do Estado são múltiplos, distintos e relativamente au-

¹¹ Em grande parte. Pois as relações de produção são antes de mais nada reproduzidas pela materialidade do processo de produção e do processo de circulação. Mas não devemos esquecer que as relações ideológicas estão presentes nestes mesmos processos.

tônomos, susceptíveis de oferecer um campo objetivo às contradições que expressam, de formas ora limitadas, ora mais amplas, os efeitos dos choques entre a luta das classes capitalista e proletária, assim como de suas formas subordinadas.

3. Enquanto que a unidade do Aparelho (repressivo) do Estado está assegurada por sua organização centralizada, unificada sob a direção dos representantes das classes no poder, executantes da política da luta de classes das classes no poder — a unidade entre os diferentes Aparelhos Ideológicos do Estado está assegurada, geralmente de maneira contraditória, pela ideologia dominante, a da classe dominante.

Tendo em conta estas características, podemos nos representar a reprodução das relações de produção¹² da seguinte maneira, segundo uma espécie de “divisão do trabalho”:

O papel do aparelho repressivo do Estado consiste essencialmente, como aparelho repressivo, em garantir pela força (física ou não) as condições políticas da reprodução das relações de produção, que são em última instância relações de exploração. Não apenas o aparelho de Estado contribui para sua própria reprodução (existem no Estado capitalista as dinastias políticas, as dinastias militares, etc.) mas também, e sobretudo o Aparelho de Estado assegura pela repressão (da força física mais brutal às simples ordens e proibições administrativas, à censura explícita ou implícita, etc.) as condições políticas do exercício dos Aparelhos Ideológicos do Estado.

Com efeito, são estes que garantem, em grande parte, a reprodução mesma das relações de produção, sob o “escudo” do aparelho repressivo do Estado. É neles que se desenvolve o papel da ideologia dominante, a da classe dominante, que detém o poder do Estado. É por intermédio da ideologia dominante que a “har-

¹² No que diz respeito à parte da reprodução assegurada pelo Aparelho repressivo do Estado e os Aparelhos Ideológicos do Estado.

monia" (por vezes tensa) entre o aparelho repressivo do Estado e os Aparelhos Ideológicos do Estado e entre os diferentes Aparelhos Ideológicos do Estado é assegurada.

Somos levados a formular a hipótese seguinte, em função mesmo da diversidade dos aparelhos ideológicos do Estado em seu papel único, pois que comum, de reprodução das relações de produção.

Enumeramos, nas formações sociais capitalistas contemporâneas um número relativamente elevado de aparelhos ideológicos do Estado: o aparelho escolar, o aparelho religioso, o aparelho familiar, o aparelho político, o aparelho sindical, o aparelho de informação, o aparelho cultural etc...

Ora, nas formações sociais do modo de produção "servil" (comumente denominado feudal), constatamos que, embora exista um aparelho repressivo de Estado único, formalmente bastante semelhante ao que conhecemos, não apenas desde a Monarquia Absoluta, mas desde os primeiros Estados antigos conhecidos, o número dos aparelhos ideológicos do Estado é menor e sua individualidade diferente. Constatamos, por exemplo, que na Idade Média, a Igreja (aparelho ideológico de estado religioso) acumulava inúmeras funções hoje distribuídas entre os diferentes aparelhos ideológicos do Estado, novos em relação ao passado que evocamos, particularmente as funções escolares e culturais. Ao lado da Igreja existia o Aparelho Ideológico de Estado familiar, que desempenhava um papel considerável, sem medida comum com o que é hoje desempenhado nas formações sociais capitalistas. A Igreja e a Família não eram, apesar das aparências, os únicos aparelhos ideológicos do Estado. Havia também um Aparelho Ideológico do Estado político (os Estados Gerais, o Parlamento, as diferentes facções e Ligas políticas ancestrais dos partidos políticos modernos, e todo o sistema político das Comunas libertadas e, depois, das cidades). Havia também um poderoso aparelho ideológico do Estado "pré-sindical", se podemos arriscar esta expressão necessariamente anacrônica (as poderosas

confrarias dos mercadores, dos banqueiros, as associações dos empregados etc.) Até a Edição e a Informação conheceram incontestável desenvolvimento, bem como os espetáculos, inicialmente integrados à Igreja, depois cada vez mais independentes dela.

No período histórico pré-capitalista que examinamos sumariamente, é evidente que *havia um aparelho ideológico de Estado dominante, a Igreja*, que reunia não só as funções religiosas, mas também as escolares, e uma boa parcela das funções de informação e de "cultura". Não foi por acaso que toda a luta ideológica do século XVI ao XVIII, desde o primeiro abalo da Reforma, se concentrou numa luta anticlerical e anti-religiosa, foi em função mesmo da posição dominante do aparelho ideológico do Estado religioso.

A Revolução francesa teve, antes de mais nada, como objetivo e resultado não apenas a transferência do poder do Estado da aristocracia feudal para a burguesia capitalista-comercial, a quebra parcial do antigo aparelho repressivo do Estado e sua substituição por um novo (ex. o Exército nacional popular), — mas o ataque ao aparelho ideológico do Estado n.º 1: a Igreja. Daí a constituição civil do clero, a confiscação dos bens da Igreja, e a criação de novos aparelhos ideológicos do Estado para substituir o aparelho ideológico do Estado religioso em seu papel dominante.

Naturalmente as coisas não caminharam por si sós: como exemplo temos o *concordat*, a Restauração, e a longa luta de classe entre a Aristocracia fundiária e a burguesia industrial durante todo século XIX, para o estabelecimento da hegemonia burguesa nas funções anteriormente preenchidas pela Igreja: antes de mais nada pela Escola. Pode-se dizer que a burguesia se apoiou no novo aparelho ideológico de Estado político, democrático-parlamentar, estabelecido nos primeiros anos da Revolução, restaurado, após longas e violentas lutas, por alguns meses em 1848, e durante dezenas de anos após a queda do Segundo Império, para combater a Igreja e apossar-se de suas funções ideológicas, em suma para assegurar não só sua hegemonia política,

mas também a sua hegemonia ideológica, indispensável à reprodução das relações de produção capitalistas.

Acreditamos portanto poder apresentar a Tese seguinte, com todos os riscos que isto comporta. Afirmamos que o aparelho ideológico de Estado que assumiu a posição *dominante* nas formações capitalistas maduras, após uma violenta luta de classe política e ideológica contra o antigo aparelho ideológico do Estado dominante, é o *aparelho ideológico escolar*.

174306
ne 6
1

Esta tese pode soar paradoxal se para todo mundo, isto é, se na representação ideológica que a burguesia faz de si mesma para si mesma e para as classes exploradas, não parece ser a escola o aparelho ideológico de Estado dominante nas formações sociais capitalistas e sim o aparelho ideológico de Estado político, ou seja o regime de democracia parlamentar oriundo do sufrágio universal e das lutas partidárias.

No entanto a história, mesmo recente, demonstra que a burguesia pôde e pode muito bem acomodar-se a aparelhos ideológicos de Estado políticos distintos da democracia parlamentar: o Império, n.º 1 ou n.º 2, a Monarquia constitucional (Luiz XVIII, Carlo X), a Monarquia parlamentar (Luis Felipe), a democracia presidencial (de Gaulle), para mencionar apenas a França. Na Inglaterra as coisas são ainda mais explícitas. Lá a revolução foi particularmente bem sucedida do ponto de vista burguês, uma vez que contrariamente à França, onde a burguesia, por estreiteza da pequena nobreza, foi obrigada a aceitar chegar ao poder pelas "jornadas revolucionárias", camponesas e plebéias, que lhe custaram terrivelmente caro, a burguesia inglesa pode "compor com a Aristocracia, e "partilhar" com ela o poder e o Estado e a utilização do aparelho do Estado durante muito tempo (paz entre todos os homens de boa vontade das classes dominantes!). Na Alemanha as coisas são mais surpreendentes ainda — foi sob o aparelho ideológico de Estado político, aonde os Junkers imperiais (símbolo Bismark), seu exército e sua polícia lhe serviam de escudo e de pessoal dirigente, que a burguesia imperialista entrou estrondosamente na história,

antes de "atravessar" a República de Weimar e de entregar-se ao nazismo.

Acreditamos portanto ter boas razões para afirmar que, por trás dos jogos de seu Aparelho Ideológico de Estado político, que ocupava o primeiro plano do palco, a burguesia estabeleceu como seu aparelho ideológico de Estado n.º 1, e portanto dominante, o aparelho escolar, que, na realidade, substitui o antigo aparelho ideológico de Estado dominante, a Igreja, em suas funções. Podemos acrescentar: o par Escola-Família substitui o par Igreja-Família.

Por que o aparelho escolar é o aparelho ideológico de Estado dominante nas formações sociais capitalistas e como funciona?

No momento é suficiente responder:

1 — Todos os aparelhos ideológicos de Estado, quaisquer que sejam, concorrem para o mesmo fim: a reprodução das relações de produção, isto é, das relações de exploração capitalistas.

2 — Cada um deles concorre para este fim único na maneira que lhe é própria. O aparelho político submetendo os indivíduos à ideologia política do Estado, a ideologia "democrática", "indireta" (parlamentar) ou "direta" (plebiscitária ou fascista). O aparelho de informação despejando pela imprensa, pelo rádio, pela televisão doses diárias de nacionalismo, chauvinismo, liberalismo, moralismo, etc. O mesmo ocorre com o aparelho cultural (o papel do esporte no chauvinismo é de primeira importância), etc. O aparelho religioso lembrando nos sermões e em outras cerimônias do Nascimento, do Casamento e da Morte que o homem é cinza e sempre o será, a não ser que ame seu irmão ao ponto de dar a outra face àquele que primeiro a esbofetear. O aparelho familiar... Não insistamos.

3 — Este concerto é regido por uma única partitura, por vezes perturbada por contradições (as do restante das antigas classes dominantes, as dos proletários e suas organizações): a Ideologia da classe atualmente dominante, que inclui em sua música os grandes temas

do Humanismo dos Grandes Ancestrais, que realizaram, antes do Cristianismo, o Milagre grego, e depois a Grandeza de Roma, a Cidade eterna, e os temas do interesse, particular e geral etc. Nacionalismo, moralismo e economismo.

4 — Portanto, neste concerto, um aparelho ideológico do Estado desempenha o papel dominante, muito embora não escutemos sua música a tal ponto ela é silenciosa! Trata-se da Escola.

Ela se encarrega das crianças de todas as classes sociais desde o Maternal, e desde o Maternal ela lhes inculca, durante anos, precisamente durante aqueles em que a criança é mais “vulnerável”, espremida entre o aparelho de Estado familiar e o aparelho de Estado escolar, os saberes contidos na ideologia dominante (o francês, o cálculo, a história natural, as ciências, a literatura), ou simplesmente a ideologia dominante em estado puro (moral, educação cívica, filosofia). Por volta do 16.º ano, uma enorme massa de crianças entra “na produção”: são os operários ou os pequenos camponeses. Uma outra parte da juventude escolarizável prossegue: e, seja como for, caminha para os cargos dos pequenos e médios quadros, empregados, funcionários pequenos e médios, pequenos burgueses de todo tipo. Uma última parcela chega ao final do percurso, seja para cair num semi-desemprego intelectual, seja para fornecer além dos “intelectuais do trabalhador coletivo”, os agentes da exploração (capitalistas, gerentes), os agentes da repressão (militares, policiais, políticos, administradores) e os profissionais da ideologia (padres de toda espécie, que em sua maioria são “leigos” convictos).

Cada grupo dispõe da ideologia que convém ao papel que ele deve preencher na sociedade de classe: papel de explorado (a consciência “profissional”, “moral”, “cívica”, “nacional” e apolítica altamente “desenvolvida”); papel de agente da exploração (saber comandar e dirigir-se aos operários: as “relações humanas”), de agentes da repressão (saber comandar, fazer-se obedecer “sem discussão”, ou saber manipular a demagogia da retórica dos dirigentes políticos), ou de profissionais

da ideologia (saber tratar as consciências com o respeito, ou seja, o desprezo, a chantagem, a demagogia que convêm, com as ênfases na Moral, na Virtude, na "Transcendência", na Nação, no papel da França no Mundo, etc.).

Certamente muitas destas Virtudes (modéstia, resignação, submissão de uma parte, cinismo, desprezo, segurança, altivez, grandeza, o falar bem, habilidade) se aprendem também nas Famílias, na Igreja, no Exército, nos Belos Livros, nos filmes, e mesmo nos estádios. Porém nenhum aparelho ideológico do Estado dispõe durante tantos anos da audiência obrigatória (e por menos que isso signifique, gratuita...), 5 a 6 dias num total de 7, numa média de 8 horas por dia, da totalidade das crianças da formação social capitalista.

É pela aprendizagem de alguns saberes contidos na inculcação maciça da ideologia da classe dominante que, em grande parte, são reproduzidas as relações de produção de uma formação social capitalista, ou seja, as relações entre exploradores e explorados, e entre explorados a exploradores. Os mecanismos que produzem esse resultado vital para o regime capitalista são naturalmente encobertos e dissimulados por uma ideologia da Escola universalmente aceita, que é uma das formas essenciais da ideologia burguesa dominante: uma ideologia que representa a Escola como neutra, desprovida de ideologia (uma vez que é leiga), aonde os professores, respeitosos da "consciência" e da "liberdade" das crianças que lhes são confiadas (com toda confiança) pelos "pais" (que por sua vez são também livres, isto é, proprietários de seus filhos), conduzem-nas à liberdade, à moralidade, à responsabilidade adulta pelo seu exemplo, conhecimentos, literatura e virtudes "libertárias".

Peço desculpas aos professores que, em condições assustadoras, tentam voltar contra a ideologia, contra o sistema e contra as práticas que os aprisionam, as poucas armas que podem encontrar na história e no saber que "ensinam". São uma espécie de heróis. Mas eles são raros, e muitos (a maioria) não têm nem um princípio de suspeita do "trabalho" que o sistema (que

os ultrapassa e esmaga) os obriga a fazer, ou, o que é pior, põem todo seu empenho e engenhosidade em fazê-lo de acordo com a última orientação (os famosos métodos novos!). Eles questionam tão pouco que contribuem, pelo seu devotamento mesmo, para manter e alimentar esta representação ideológica da escola, que faz da Escola hoje algo tão "natural" e indispensável, e benfazeja a nossos contemporâneos como a Igreja era "natural", indispensável e generosa para nossos ancestrais de alguns séculos atrás.

De fato, a Igreja foi substituída pela Escola em seu papel de Aparelho Ideológico de Estado dominante. Ela forma com a Família um par, assim como outrora a Igreja o era. Podemos então afirmar que a crise, de profundidade sem precedentes, que abala por todo o mundo o sistema escolar de tantos Estados, geralmente acompanhada por uma crise (já anunciada no Manifesto) que sacode o sistema familiar, ganha um sentido político se considerarmos a Escola (e o par Escola-Família) como o Aparelho Ideológico de Estado dominante, Aparelho que desempenha um papel determinante na reprodução das relações de produção de um modo de produção ameaçado em sua existência pela luta mundial de classes.

Acerca da Ideologia

Quando apresentamos o conceito de Aparelhos Ideológicos do Estado, quando dissemos que os AIE funcionavam "através da ideologia", invocamos uma realidade acerca da qual é necessário dizer algumas palavras: a ideologia.

Sabe-se que a expressão: ideologia, foi forjada por Cabanis, Destutt de Tracy e seus amigos, e que designava por objeto a teoria (genérica) das idéias. Quando, 50 anos mais tarde, Marx retoma o termo, ele lhe confere, desde as suas Obras da Juventude, um sentido totalmente distinto. A ideologia é, aí, um sistema de idéias, de representações que domina o espírito de um homem ou de um grupo social. A luta político-ideológica conduzida por Marx desde seus artigos na Gazeta Renana iria

rapidamente levá-lo ao confronto com esta realidade e obrigá-lo a aprofundar suas primeiras intuições.

Portanto estamos diante de um paradoxo bastante surpreendente. Tudo parecia levar Marx a formular uma teoria da ideologia. De fato, a *Ideologia alemã* nos oferece, depois dos Manuscritos de 44, uma teoria explícita da ideologia, mas... ela não é marxista (nós o veremos daqui a pouco). Quanto ao *capital*, mesmo que contendo inúmeras indicações para uma teoria das ideologias (a mais visível: a ideologia dos economistas vulgares), ele não contém esta teoria em si, que depende em grande parte de uma teoria da ideologia em geral.

Desejaria arriscar-me a propor um primeiro e muito esquemático esboço. As teses que apresentarei não são certamente improvisadas, mas não podem ser sustentadas e comprovadas, isto é, confirmadas ou retificadas, a não ser através de estudos e análises aprofundadas.

A Ideologia não tem história

Uma advertência antes de expor a razão de princípio que me parece fundar, ou ao menos autorizar, o projeto de uma teoria da ideologia *em geral*, e não de uma teoria das ideologias particulares, que expressam sempre, qualquer que seja sua forma (religiosa, moral, jurídica, política) *posições de classe*.

Evidentemente será necessário empreender uma teoria *das* ideologias, a partir da dupla relação que acabamos de indicar. Veremos então que uma teoria das ideologias repousa em última análise na história das formações sociais, e portanto dos modos de produção combinados nas formações sociais, e das lutas de classe que se desenvolvem nelas. Neste sentido, fica claro que não se trata de uma teoria *das* ideologias *em geral*, uma vez que *as* ideologias (definidas pela dupla relação indicada acima: regional e de classe) têm uma história cuja determinação em última instância se encontra evidentemente fora delas, em tudo que lhes concerne.

Por outro lado, se eu posso apresentar o projeto de uma teoria *da* ideologia *em geral*, e se esta teoria é um

dos elementos do qual dependem as teorias das ideologias, isto implica numa proposição aparentemente paradoxal que enunciarei nos seguintes termos: *a ideologia não tem história.*

Sabemos que esta fórmula aparece com todas as letras numa passagem da *Ideologia alemã*. Marx a enuncia a propósito da metafísica que, segundo ele, não tem mais história do que a moral (subentenda-se: e as demais formas da ideologia).

Na ideologia alemã, esta fórmula aparece num contexto nitidamente positivista. A ideologia é concebida como pura ilusão, puro sonho, ou seja, nada. Toda a sua realidade está fora dela. A ideologia é portanto pensada como uma construção imaginária cujo estatuto é exatamente o mesmo estatuto teórico do sonho nos autores anteriores a Freud. Para tais autores, o sonho era o resultado puramente imaginário, quer dizer nulo, de “resíduos diurnos”, apresentados numa ordem e composição arbitrárias, por vezes mesmo “invertidas”, em suma “desordenadamente”. Para eles, o sonho era o imaginário vazio e nulo, arbitrariamente *bricolé* *, de olhos fechados, dos resíduos da única realidade plena e positiva, a do dia. É este exatamente o estatuto da filosofia e da ideologia (uma vez que a filosofia é a ideologia por excelência) na *Ideologia alemã*.

A ideologia é então para Marx um bricolage imaginário, puro sonho, vazio e vão, constituído pelos “resíduos diurnos” da única realidade plena e positiva, a da história concreta dos indivíduos concretos, materias, produzindo materialmente sua existência. É neste sentido que, na *Ideologia alemã*, a ideologia não tem história, uma vez que sua história está fora dela, lá onde está a única história, a dos indivíduos concretos etc...

* N.T. O verbo *bricoler* não tem tradução direta para o português, significando a maneira pragmática pela qual a partir da junção de pedaços de coisas diferentes pode-se construir outras coisas. A bricolagem indica a ação de construção sem um projeto estabelecido, indica também que não se conta com os elementos adequados à ação.

Na *Ideologia alemã* a tese de que a ideologia não tem história é portanto uma tese puramente negativa que significa ao mesmo tempo que:

1. — a ideologia, não é nada mais do que puro sonho (fabricada não se sabe por que poder a não ser pela alienação da divisão do trabalho, porém esta determinação também é uma determinação *negativa*).

2. — a ideologia não tem história, o que não quer dizer que ela não tenha uma história (pelo contrário, uma vez que ela não é mais do que o pálido reflexo vazio invertido da história real) mas que ela não tem uma história *sua*.

A tese que gostaria de defender, retomando formalmente os termos da *Ideologia alemã* ("a ideologia não tem história") é radicalmente diferente da tese positivista-historicista da *Ideologia alemã*.

Porque, por um lado, acredito poder sustentar que as ideologias têm uma história sua (embora seja ela, em última instância, determinada pela luta de classes); e por outro lado, acredito poder sustentar ao mesmo tempo que a ideologia em geral não tem história, não em um sentido negativo (o de que sua história está fora dela), mas num sentido totalmente positivo.

Este sentido é positivo se consideramos que a ideologia tem uma estrutura e um funcionamento tais que fazem dela uma realidade não-histórica, isto é, omni-histórica, no sentido em que esta estrutura e este funcionamento se apresentam na mesma forma imutável em toda história, no sentido em que o *Manifesto* define a história como história da luta de classes, ou seja, história das sociedades de classe.

Eu diria, fornecendo uma referência teórica retomando o exemplo do sonho, desta vez na concepção freudiana, que nossa proposição: a ideologia não tem história pode e deve (e de uma forma que nada tem de arbitrária, mas que é pelo contrário teoricamente necessária, pois há um vínculo orgânico entre as duas proposições) ser diretamente relacionada à proposição de Freud de que o *inconsciente é eterno* isto é, não tem história.

Se eterno significa, não a transcendência a toda história (temporal), mas onnipresença, transhistória e portanto imutabilidade em sua forma em toda extensão da história, eu retomarei palavra por palavra da expressão de Freud e direi: *a ideologia é eterna*, como o inconsciente. E acrescentarei que esta aproximação me parece teoricamente justificada pelo fato de que a eternidade do inconsciente não deixa de ter relação com a eternidade da ideologia em geral.

Eis porque me considero autorizado, ao menos presuntivamente, a propor uma teoria da ideologia em geral, no mesmo sentido em que Freud apresentou uma teoria do inconsciente em geral.

Levando em conta o que foi dito das ideologias, para simplificar a expressão, designaremos a ideologia em geral pelo termo ideologia propriamente dita, que conforme o dissemos não tem história, ou, o que dá no mesmo, é eterna, onipresente, sob sua forma imutável, em toda a história (= a história das formações sociais de classe). Limito-me provisoriamente às "sociedades de classes" e à sua história.

A Ideologia é uma "representação" da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência

Para abordar a tese central sobre a estrutura e o funcionamento da ideologia, apresentarei inicialmente duas teses, sendo uma negativa e a outra positiva. A primeira trata do objeto que é "representado" sob a forma imaginária da ideologia, a segunda trata da materialidade da ideologia.

Tese 1: A ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência.

Diz-se comumente que a ideologia religiosa, a ideologia moral, a ideologia jurídica, a ideologia política, etc. são "concepções de mundo". Contrapomos, a menos que se viva uma dessas ideologias como a verdade (se, por exemplo, se "crê" em Deus, no Dever, na Justiça etc.), que esta ideologia de que falamos a partir de um ponto

de vista crítico, de um exame semelhante ao do etnólogo dos mitos de uma "sociedade primitiva", que essas "concepções de mundo" são em grande parte imaginárias, ou seja, não "correspondem à realidade".

Portanto, admitindo que elas não correspondem à realidade e que então elas constituem uma ilusão, admitimos que elas se referem à realidade e que basta "interpretá-las" para encontrar, sob a sua representação imaginária do mundo, a realidade mesma desse mundo (ideologia = ilusão/alusão).

Existem diferentes tipos de interpretação. As mais conhecidas são a *mecanicista*, corrente no século XVIII, (Deus é a representação imaginária do Rei real) e a "*hermenêutica*", inaugurada pelos primeiros Padres da Igreja e retomada por Feuerbach e pela escola teológico-filosófica originada nele, por exemplo o teólogo Barth, etc. (para Feuerbach, por exemplo, Deus é a essência do Homem real). Chego ao essencial afirmando que, interpretando a transposição (e inversão) imaginária da ideologia, concluímos que nas ideologias "os homens representam-se, de forma imaginária, suas condições reais de existência".

Infelizmente esta interpretação deixa em suspenso um pequeno problema: porque os homens "necessitam" dessa transposição imaginária de suas condições reais de existência, para "representar-se" suas condições de existência reais?

A primeira resposta (a do século XVIII) propõe uma solução simples: Por culpa dos Padres ou dos Déspotas. Eles "forjaram" Belas Mentiras para que, pensando obedecer a Deus, os homens obedecessem de fato aos Padres ou aos Déspotas, que na maioria das vezes aliavam-se em sua impostura: os padres a serviço dos déspotas ou vice-versa, segundo as posições políticas dos "teóricos" em questão. Há portanto uma causa para a transposição imaginária das condições de existência reais: essa causa é a existência de um pequeno grupo de homens cínicos que assentam sua dominação e sua exploração do "povo" sobre uma representação falseada do

mundo, imaginada por eles para subjugar os espíritos pela dominação de sua imaginação.

A segunda resposta (a de Feuerbach, retomada palavra por palavra por Marx em suas Obras da Juventude) é mais “profunda”, e igualmente falsa. Ela busca e encontra uma causa para a transposição e deformação imaginária das condições de existência reais dos homens, para a alienação no imaginário da representação das condições de existência dos homens. Esta causa não é nem mais os padres ou os déspotas, nem a sua própria imaginação ativa ou a imaginação passiva de suas vítimas. Esta causa, é a alienação material que reina nas condições mesmas de existência dos homens. É desta maneira que Marx defende, na *Questão Judia* e em outras obras, a idéia feuerbachiana de que os homens se fazem uma representação (= imaginária) de suas condições de existência porque estas condições de existência são em si alienadas (nos *Manuscritos de 44*: porque estas condições são dominadas pela essência da sociedade alienada: o “trabalho alienado”).

Todas estas interpretações tomam ao pé da letra a tese que supõem e sobre a qual repousam, ou seja, a tese de que o que é refletido na representação imaginária do mundo, o que se encontra na ideologia são as condições de existência dos homens, de seu mundo real.

Retomo aqui uma tese já apresentada: não são as suas condições reais de existência, seu mundo real que os “homens” “se representam” na ideologia, o que é nelas representado é, antes de mais nada, a sua relação com as suas condições reais de existência. É esta relação que está no centro de toda representação ideológica, e portanto imaginária do mundo real. É nesta relação que está a “causa” que deve dar conta da deformação imaginária da representação ideológica do mundo real. Ou melhor, deixando de lado a linguagem da causa, é preciso adiantar a tese de que é a *natureza imaginária desta relação* que sustenta toda a deformação imaginária observável em toda ideologia (se não a vivemos em sua verdade).

Em linguagem marxista, se é verdade que a representação das condições de existência reais dos indivíduos que ocupam postos de agentes da produção, da exploração, da repressão, da ideologização e da prática científica, remete em última instância às relações de produção e às relações derivadas das relações de produção, podemos dizer que: toda ideologia representa, em sua deformação necessariamente imaginária, não as relações de produção existentes (e as outras relações delas derivadas) mas sobretudo a relação (imaginária) dos indivíduos com as relações de produção e demais relações daí derivadas. Então, é representado na ideologia não o sistema das relações reais que governam a existência dos homens, mas a relação imaginária desses indivíduos com as relações reais sob as quais eles vivem.

Sendo assim, a questão da "causa" da deformação imaginária das relações reais na ideologia desaparece, e deve ser substituída por uma outra questão: por que a representação dos indivíduos de sua relação (individual) com as relações sociais que governam suas condições de existência e sua vida coletiva e individual, é necessariamente imaginária? E qual a natureza deste imaginário? Colocada desta maneira a questão esvazia a resposta pela clique¹³ de um grupo de indivíduos (padres ou déspotas) autores da grande mistificação ideológica, bem como a do caráter alienado do mundo real. Veremos porque no prosseguimento de nossa exposição. Por hora, não iremos mais longe.

Tese II: A ideologia tem uma existência material

Já esboçamos esta tese ao dizer que as "idéias" ou "representações" etc., que em conjunto compõem a ideologia, não tinham uma existência ideal, espiritual, mas material. Chegamos mesmo a sugerir que a existência imaginária, ideal, espiritual das "idéias" provinha exclusivamente de uma ideologia da "idéia", da ideologia e

13 Emprego propositalmente este termo bastante moderno. Pois mesmo nos meios comunistas, a "explicação" de tal desvio político (oportunismo de direita ou de esquerda) pela ação de uma "clique" é infelizmente frequente.

acrescentemos de uma ideologia do que parece “fundar” esta concepção desde o nascimento das ciências, a saber o que os cientistas se representam como “idéias”, verdadeiras ou falsas, em sua ideologia espontânea. Certamente, apresentada sob a forma de uma afirmação, esta tese não está demonstrada. Pedimos simplesmente que, em nome do materialismo, lhe seja dado um julgamento favorável. Longos desenvolvimentos seriam necessários para a sua demonstração.

Esta tese presuntiva da existência não espiritual mas material das “idéias” ou outras “representações” é necessária para prosseguirmos a nossa análise da natureza da ideologia. Ou, melhor, ela simplesmente nos é útil por possibilitar que apareça, de forma mais clara, o que qualquer análise um pouco séria de uma ideologia qualquer mostra imediatamente, empiricamente a todo observador, mesmo que pouco crítico.

Ao falarmos dos aparelhos ideológicos do Estado e de suas práticas, dissemos que cada um deles era a realização de uma ideologia (a unidade destas diferentes ideologias regionais — religiosa, moral, jurídica, política, estética, etc, sendo assegurada por sua subordinação à ideologia dominante). Retomamos esta tese: uma ideologia existe sempre em um aparelho e em sua prática ou práticas. Esta existência é material.

Certamente a existência material da ideologia em um aparelho e suas práticas não é a mesma da de um paralelepípedo ou de um fusil. Porém, sem que nos tomem por neo-aristotélicos (lembramos que Marx tinha uma alta estima por Aristóteles), diremos que “a matéria se expressa de inúmeras maneiras”, ou melhor, que ela existe de diferentes formas, todas enraizadas em última instância na matéria “física”.

Dito isto, vejamos o que se passa com os indivíduos que vivem na ideologia, isto é, numa representação do mundo determinada (religiosa, moral etc.) cuja deformação imaginária depende de sua relação imaginária com suas condições de existência, ou seja, em última instância das relações de produção e de classe (ideologia = relação imaginária com as relações reais). Diremos

que esta relação imaginária é em si mesma dotada de uma existência material.

Constatamos o seguinte:

Um indivíduo crê em Deus, ou no Dever, ou na Justiça, etc. Esta crença provém (para todo mundo, isto é, para todos que vivem na representação ideológica da ideologia, que reduz a ideologia, por definição, às idéias dotadas de existência espiritual) das idéias do dito indivíduo enquanto sujeito possuidor de uma consciência na qual estão as idéias de sua crença. A partir disso, isto é, a partir do dispositivo "conceitual" perfeitamente ideológico assim estabelecido, (um sujeito dotado de uma consciência aonde livremente ele formula as idéias em que crê), o comportamento material do dito indivíduo decorre naturalmente.

O indivíduo em questão se conduz de tal ou qual maneira, adota tal ou qual comportamento prático, e, o que é mais, participa de certas práticas regulamentadas que são as do aparelho ideológico do qual "dependem" as idéias que ele livremente escolheu com plena consciência, enquanto sujeito. Se ele crê em Deus, ele vai à Igreja assistir à Missa, ele se ajoelha, reza, se confessa, faz penitência (outrora ela era material no sentido corrente do termo), e naturalmente se arrepende, e continua, etc. Se ele crê no Dever, ele terá comportamentos correspondentes, inscritos nas práticas rituais, "segundo os bons costumes". Se ele crê na Justiça, ele se submeterá sem discussão às regras do Direito, e poderá mesmo protestar quando elas são violadas, assinar petições, tomar parte em uma manifestação, etc.

Em todo esse esquema, constatamos portanto que a representação ideológica da ideologia é, ela mesma, forçada a reconhecer que todo "sujeito" dotado de uma "consciência" e crendo nas "idéias" que sua "consciência" lhe inspira, aceitando-as livremente, deve "agir segundo suas idéias", imprimindo nos atos de sua prática material as suas próprias idéias enquanto sujeito livre. Se ele não o faz, "algo vai mal".

Na verdade se ele não faz o que, em função de suas crenças, deveria fazer, é porque faz algo diferente,

o que, sempre em função do mesmo esquema idealista, deixa perceber que ele tem em mente idéias diferentes das que proclama, e que ele age segundo outras idéias, seja como um homem "inconsequente" ("ninguém é voluntariamente mau"), ou cínico, ou perverso.

Em todos os casos, a ideologia da ideologia reconhece, apesar de sua deformação imaginária, que as "idéias" de um sujeito humano existem em seus atos, ou devem existir em seus atos, e se isto não ocorre, ela lhe confere idéias correspondentes aos atos (mesmo perversos) que ele realiza. Esta ideologia fala de atos: nós falaremos de atos inscritos em práticas. E observaremos que estas práticas são reguladas por *rituais* nos quais estas práticas se inscrevem, no seio da existência material de um aparelho ideológico, mesmo que numa pequena parte deste aparelho: uma pequena massa numa pequena igreja, um enterro, um pequeno jogo num clube esportivo, um dia de aulas numa escola, uma reunião ou um *meeting* * de um partido político, etc.

Aliás, devemos à "dialética" defensiva de Pascal a maravilhosa fórmula que nos permitirá subverter a ordem do esquema conceitual da ideologia. Pascal diz, aproximadamente: "Ajoelhai-vos, orai e acreditareis". Ele subverte portanto escandalosamente a ordem das coisas, trazendo, como Cristo, não a paz mas a divisão, e além disso, o que é muito pouco cristão (infeliz aquele por quem o escândalo vem ao mundo!) o próprio escândalo. Feliz escândalo que o fez, pelo desafio jansenista, falar a linguagem da realidade em pessoa.

Deixemos Pascal com seus argumentos da luta ideológica no seio do aparelho ideológico de Estado religioso de seu tempo. E, se possível, empregaremos uma linguagem mais diretamente marxista, pois avançamos em domínios ainda mal explorados.

Diremos portanto, considerando um sujeito (tal indivíduo), que a existência das idéias de sua crença é

* N.T., no original em inglês.

material, pois suas idéias são seus atos materiais inseridos em práticas materiais, reguladas por rituais materiais, eles mesmos definidos pelo aparelho ideológico material de onde provêm as idéias do dito sujeito. Naturalmente, os quatro adjetivos "materiais" referem-se a diferentes modalidades: a materialidade de um deslocamento para a missa, de uma genuflexão, de um sinal da cruz ou de um mea culpa, de uma frase, de uma oração, de uma contrição, de uma penitência, de um olhar, de um aperto de mão, de um discurso verbal interno (a consciência) ou de um discurso verbal externo não são uma mesma e única materialidade. Deixamos em suspenso a teoria da diferença das modalidades da materialidade.

Resta que nessa apresentação invertida das coisas, não nos deparamos exatamente com uma "inversão" uma vez que constatamos que certas noções pura e simplesmente desapareceram em nossa apresentação enquanto que outras permanecem e que novos termos aparecem.

Desaparece: o termo *idéias*.

Permanecem: os termos sujeito, consciência, crença, atos.

Aparecem: os termos práticas, rituais, aparelho ideológico.

Não se trata portanto de uma inversão, mas de um remanejamento bastante estranho dado o resultado que obtemos.

As idéias desaparecem enquanto tais (enquanto dotadas de uma existência ideal, espiritual), na medida mesma em que se evidenciava que sua existência estava inscrita nos atos das práticas reguladas por rituais definidos em última instância por um aparelho ideológico. O sujeito portanto atua enquanto agente do seguinte sistema (enunciado em sua ordem de determinação real): a ideologia existente em um aparelho ideológico material, que prescreve práticas materiais reguladas por um ritual material, práticas estas que existem nos atos materiais de um sujeito, que age conscientemente segundo sua crença.

Nesta formulação conservamos as seguintes noções: sujeito, consciência, crença, atos. Desta sequência extrairemos o termo central decisivo, do qual depende todo o demais: a noção de sujeito.

E enunciamos duas teses simultâneas:

1. — só há prática através de e sob uma ideologia
2. — só há ideologia pelo sujeito e para o sujeito

Podemos agora abordar a nossa tese central.

A Ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos

Esta tese vem simplesmente explicitar a nossa última formulação: só há ideologia pelo sujeito e para os sujeitos. Ou seja, a ideologia existe para sujeitos concretos, e esta destinação da ideologia só é possível pelo sujeito: isto é, pela *categoria de sujeito* e de seu funcionamento.

Queremos dizer com isso, mesmo que esta categoria (o sujeito) não apareça assim denominada, que com o surgimento da ideologia burguesa, e sobretudo com o da ideologia jurídica¹⁴ a categoria de sujeito (que pode aparecer sob outras denominações: como em Platão por exemplo, a alma, Deus, etc.) é a categoria constitutiva de toda ideologia, seja qual for a determinação (regional ou de classe) e seja qual for o momento histórico, — uma vez que a ideologia não tem história.

Dizemos: a categoria de sujeito é constitutiva de toda ideologia, mas, ao mesmo tempo, e imediatamente, — acrescentamos *que a categoria de sujeito não é constitutiva de toda ideologia, uma vez que toda ideologia tem por função (é o que a define) “constituir” indivíduos concretos em sujeitos.* É neste jogo de dupla constituição que se localiza o funcionamento de toda ideologia, não sendo a ideologia mais do que o seu fun-

14 Que faz da categoria jurídica de “sujeito de direito” uma noção ideológica: o homem é naturalmente um sujeito.

cionamento nas formas materiais de existência deste mesmo funcionamento.

Para compreender o que daí decorre, é preciso estar alerta para o fato de que, tanto aquele que escreve estas linhas como o leitor que as lê, são sujeitos, e portanto sujeitos ideológicos (formulação tautológica) ou seja, o autor e o leitor destas linhas vivem “espontaneamente” ou “naturalmente” na ideologia, no sentido em que dissemos que “o homem é por natureza um animal ideológico”.

O fato do autor, enquanto autor de um discurso que se pretende científico, estar completamente ausente, como “sujeito”, de “seu” discurso científico (todo o discurso científico é por definição um discurso sem sujeito, só existe um “Sujeito da ciência” numa ideologia da ciência), é um outro problema que, pelo momento, deixaremos de lado.

Como o dizia São Paulo admiravelmente, é no “Logos”, leia-se na ideologia, que apreendemos “o ser, o movimento e a vida”. Segue-se que, tanto para vocês como para mim, a categoria de sujeito é uma “evidência” primeira (as evidências são sempre primeiras): está claro que vocês, como eu, somos sujeitos (livres, morais, etc.). Como todas as evidências, inclusive as que fazem com que uma palavra “designa uma coisa” ou “possua um significado” (portanto inclusive as evidências da “transparência” da linguagem), a evidência de que vocês e eu somos sujeitos — e até aí que não há problema — é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar.¹⁵ Este é aliás o efeito característico da ideologia — impor (sem parecer fazê-lo, uma vez que se tratam de “evidências”) as evidências como evidências, que não podemos deixar de *reconhecer* e diante das quais, inevitável e naturalmente, exclamamos (em

15 Os linguistas e todos aqueles que recorrem à linguística com diferentes fins, tropeçam freqüentemente em dificuldades que decorrem do desconhecimento do jogo dos efeitos ideológicos em todos os discursos — inclusive os discursos científicos.

voz alta, ou no “silêncio da consciência”): “é evidente! é exatamente isso! é verdade!”.

É nesta reação que se exerce a função de *reconhecimento* ideológico, que é uma das duas funções da ideologia enquanto tal (sendo o *desconhecimento* a sua função inversa).

Tomando um exemplo bastante “concreto”, quando nossos amigos batem à nossa porta, quando perguntamos, através da porta fechada, “quem é?” eles respondem (“é evidente”) “sou eu!”. Com efeito reconhecemos que “é ele” ou “é ela”. Abrimos a porta, e “verdadeiramente era ele quem batia”. Tomando um outro exemplo, quando reconhecemos na rua alguém do nosso (re) conhecimento, demonstramos que o reconhecemos (e que reconhecemos que ele nos reconheceu) dizendo-lhe “alô, como vai?” apertando-lhe a mão (prática ritual material do reconhecimento ideológico da vida cotidiana, ao menos na França: em outros lugares, outros rituais).

Por este preâmbulo e estas ilustrações concretas, quero assinalar que você e eu já somos *sempre* sujeito e que, enquanto tais, praticamos interruptamente os rituais do reconhecimento ideológico, que nos garantem que somos de fato sujeitos concretos, individuais, inconfundíveis e (obviamente) insubstituíveis. O que escrevo neste momento e a leitura que vocês fazem neste momento¹⁶ estão entre os rituais de reconhecimento ideológico, inclusive a “evidência” através da qual pode se impor a vocês a “verdade” ou o “erro” de minhas reflexões.

Porém o reconhecimento de que somos sujeitos, que funcionamos nos rituais práticos da vida cotidiana mais elementar (um aperto de mão, o fato de sermos chamados por nosso nome, o fato de saber que você

16 Este duplo “neste momento” é mais uma prova da “eternidade” da ideologia, uma vez que o intervalo de tempo que os separa não é levado em conta, escrevo estas linhas em 6 de abril de 69, vocês as lerão não importa quando.

“tem” um nome próprio, mesmo que eu o ignore, que faz com que você seja reconhecido como sujeito único etc), nos dá apenas a “consciência” de nossa prática incessante (eterna) do reconhecimento ideológico — a consciência dele, ou seja o seu *reconhecimento* — mas não nos dá o *conhecimento* (científico) do mecanismo deste reconhecimento. É preciso chegar a este conhecimento se queremos, falando da ideologia no seio da ideologia, esboçar um discurso que tente romper com a ideologia, pretendendo ser o início de um discurso científico (sem sujeito) acerca da ideologia.

Então para representar a razão pela qual é a categoria de sujeito constitutiva da ideologia a qual só existe para constituir sujeitos concretos em sujeitos, utilizarei uma forma particular de exposição: “concreta” o suficiente para que possa ser reconhecida, e abstrata o suficiente para que possa ser pensável e pensada, dando origem ao conhecimento.

Numa primeira formulação direi: *toda ideologia interpela os indivíduos concretos enquanto sujeitos concretos*, através do funcionamento da categoria de sujeito.

Esta formulação implica, pelo momento, na distinção entre os indivíduos concretos por um lado, e sujeitos concretos por outro, embora o sujeito concreto só exista neste nível num fundamentado indivíduo concreto.

Sugerimos então que a ideologia “age” ou “funciona” de tal forma que ela “recruta” sujeitos dentre os indivíduos (ela os recruta a todos), ou “transforma” os indivíduos em sujeitos (ela os transforma a todos) através desta operação muito precisa que chamamos *interpelação*, que pode ser entendida como o tipo mais banal de interpelação policial (ou não) cotidiana: “ei, você aí!”.¹⁷

17 A interpelação, prática cotidiana, submetida a um ritual preciso, toma uma forma bastante especial na prática policial de “interpelação”, quando se trata de interpelar “suspeitos”.

Supondo que a cena teórica ocorre na rua, o indivíduo interpelado se volta. Nesse simples movimento físico de 180° ele se torna *sujeito*. Por que? Porque ele reconheceu que a interpelação se dirigia “certamente a ele”, e que “certamente era ele o interpelado” (e não outro). A experiência mostra que as práticas de interpelação em telecomunicações são tais, que elas jamais deixam de atingir seu homem: apelo verbal, ou um assobio, o interpelado sempre se reconhece na interpelação. Há que reconhecer que o fenômeno é estranho, não podendo ser reduzido, apesar do grande número daqueles que têm de que se arrependem, a um “sentimento de culpa”.

Naturalmente, para a comodidade e clareza de exposição do nosso pequeno teatro teórico, apresentamos os fatos em uma seqüência, com um antes e um depois, na forma de uma sucessão temporal. Há indivíduos que passeiam. De algum lugar (geralmente de suas costas) ressoa a interpelação: “Ei, você aí!”. Um indivíduo (90% das vezes o interpelado) se volta, acreditando-suspeitando-sabendo que se trata dele, reconhecendo portanto que “certamente é ele” quem está sendo chamado. Porém na realidade as coisas ocorrem sem sucessão alguma. A existência da ideologia e a interpelação dos indivíduos enquanto sujeitos são uma única e mesma coisa.

Podemos acrescentar: o que aparentemente ocorre fora da ideologia (mais exatamente na rua) ocorre na realidade na ideologia. Portanto o que na realidade ocorre na ideologia parece ocorrer fora dela. Por isso aqueles que estão dentro da ideologia se pensam, por definição, como fora dela: é um dos efeitos da ideologia a negação prática do caráter ideológico da ideologia, pela ideologia: a ideologia nunca diz: “eu sou ideológica”. É preciso situar-se fora da ideologia, isto é, no conhecimento científico, para poder dizer: estou na ideologia (caso excepcional) ou (caso mais geral): estava na ideologia. Sabemos bem que a acusação de estar na ideologia vale apenas para os outros e nunca para si (a não ser que se seja verdadeiramente spinozista ou marxista, o que, quanto a este aspecto, vem a dar exatamente no

mesmo). O que nos faz dizer que a ideologia *não possui um exterior* (para si mesma) mas que ao mesmo tempo *ela é exterioridade* (para a ciência e para a realidade).

Spinoza explicou isto perfeitamente duzentos anos antes de Marx, que o praticou, sem explicá-lo detalhadamente. Mas abandonemos esta questão, rica de conseqüências não apenas teóricas, mas diretamente políticas, da qual depende por exemplo toda a teoria da crítica e autocrítica, regra de ouro da prática da luta de classes marxista-leninista.

Portanto a ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos. Sendo a ideologia eterna, devemos agora suprimir a temporalidade em que apresentamos o funcionamento da ideologia e dizer: a ideologia sempre/já interpelou os indivíduos como sujeitos, o que quer dizer que os indivíduos foram sempre/já interpelados pela ideologia como sujeitos, o que necessariamente nos leva a uma última formulação: *os indivíduos são sempre/já sujeitos*. Os indivíduos são portanto "abstratos" em relação aos sujeitos que existem desde sempre. Esta formulação pode parecer um paradoxo.

Que um indivíduo seja sempre/já sujeito, antes mesmo de nascer, é no entanto a mais simples realidade, acessível a qualquer um, sem nenhum paradoxo. Que os indivíduos sejam sempre "abstratos" em relação aos sujeitos que são desde sempre, Freud já o demonstrou, assinalando simplesmente o ritual ideológico que envolve a espera de um "nascimento", este "feliz acontecimento". Todos sabemos como e quanto é esperada a criança a nascer. Deixando de lado os "sentimentos" isto, prosaicamente, quer dizer que as formas de ideologia familiar/paternal/maternal/conjugal/fraternal, que constituem a espera do nascimento da criança, lhe conferem antecipadamente uma série de características: ela terá o nome do seu pai, terá portanto uma identidade, e será insubstituível. Antes de nascer a criança é portanto sujeito, determinada a sê-lo através de e na configuração ideológica familiar específica na qual ele é "esperado" após ter sido concebido. Inútil dizer que esta configuração ideológica familiar é, em sua unicidade, fortemente estruturada e que é neste estrutura

implacável, mais ou menos “patológica” (supondo-se que este termo tenha um sentido determinável) que o já-presente futuro-sujeito “encontrará” o “seu” lugar, quer dizer “tornando-se” o sujeito sexual (menino ou menina) que ele já é.

Compreende-se que esta pressão e predeterminação ideológica, todos os rituais do crescimento, da educação familiar têm alguma relação com as “etapas pregenitais e genitais da sexualidade”, tal como estudadas por Freud, na “apreensão” do que ele designou, por seus efeitos, como o inconsciente. Mas deixemos também este ponto.

Prossigamos. Deter-nos-emos agora na maneira pela qual os “atores” desta encenação da interpelação e seus respectivos papéis estão refletidos na própria estrutura de toda ideologia.

Um exemplo: A ideologia religiosa cristã

Sendo a estrutura formal de toda ideologia sempre idêntica, nos contentaremos em analisar apenas um exemplo, acessível a todos, o da ideologia religiosa; esta mesma demonstração pode ser reproduzida para a ideologia moral, jurídica, política, estética, etc.

Consideremos portanto a ideologia religiosa cristã. Utilizaremos uma figura de retórica e a “faremos falar”, isto é recolheremos num discurso fictício o que ela “diz” não apenas em seus dois Testamentos, através de seus teólogos, em seus Sermões, mas em suas práticas, seus rituais, suas cerimônias e seus sacramentos. A ideologia cristã diz aproximadamente o seguinte.

Ela diz: Diriço-me a ti, indivíduo humano chamado Pedro (todo indivíduo é chamado por seu nome, no sentido passivo, não é nunca ele que se dá um nome), para dizer que Deus existe e que tu deves lhe prestar contas. Ela acrescenta: É Deus quem se dirige a ti pela **minha** voz (tendo a Escritura recolhido a Palavra de Deus, a Tradição a transmitido, a Infallibilidade Pontifícia a fixado para sempre quanto às questões “delica-

das"). Ela diz: Eis quem tu és: Tu és Pedro! Eis a tua origem, tu foste criado pelo Deus de toda eternidade, embora tenha nascido em 1920 depois de Cristo! Eis o teu lugar no mundo! Eis o que tu deves fazer! Se o fizeres, observando o "mandamento do amor", tu serás salvo, tu Pedro, e farás parte do Glorioso Corpo do Cristo! etc...

Eis aí um discurso bastante conhecido e banal, mas ao mesmo tempo profundamente surpreendente.

Surpreendente se considerarmos que a ideologia religiosa se dirige aos indivíduos¹⁸ para "transformá-los em sujeitos", interpelando o indivíduo Pedro para fazer dele um sujeito, livre para obedecer ou desobedecer a este apelo, ou seja, às ordens de Deus; se ela os chama por seu nome, reconhecendo desta forma que eles são chamados sempre/já enquanto sujeitos possuidores de uma identidade pessoal (a ponto de o Cristo de Pascal dizer: "É por ti que derramei esta gota de meu sangue"); se ela os interpela de tal modo que o sujeito responde "sim, sou eu!"; se ela obtém o reconhecimento de que o espaço por eles ocupado lhes foi por ela designado como seu no mundo como uma residência fixa: "é verdade, eu aqui estou, operário, patrão, soldado!" neste vale de lágrimas; se ela obtém o reconhecimento de um destino (a vida ou a danação eternas) que dependê do respeito ou do desprezo com que serão observados os "mandamentos divinos", a Lei tornáda Amor; — se tudo isso ocorre (nas conhecidas práticas dos rituais do batismo, da crisma, da comunhão, da confissão e da extrema-unção, etc...) devemos observar que todo este "procedimento", gerador de sujeitos religiosos cristãos, é dominado por um estranho fenômeno: só existe uma tamanha multidão de sujeitos religiosos possíveis sob a condição absoluta da existência de um *Outro Sujeito* Único, Absoluto, ou seja, Deus.

18 Embora saibamos que o indivíduo é sempre e antecipadamente sujeito, continuamos a empregar este termo, pelo efeito de contraste que produz.

Designaremos este novo e singular Sujeito como *Sujeito* com maiúscula para distingui-lo dos demais, sem maiúscula.

A interpelação dos indivíduos como sujeitos supõe a “existência” de um Outro Sujeito, Único, e central, em Nome do qual a ideologia religiosa interpela todos os indivíduos como sujeitos. Tudo isto está claramente escrito¹⁹ no que justamente se chama a “Escritura”: “Naquele tempo, o Senhor-Deus (Jeová) falou a Moisés das nuvens. E o Senhor chamou Moisés: “Moisés!” “Sou (certamente) eu!, disse Moisés, eu sou Moisés teu servo, fale e eu escutarei!” E o Senhor falou a Moisés, e lhe disse: “*Eu sou Aquele que É*”.

Deus se define a si mesmo portanto como o Sujeito por excelência, aquele que é por si e para si (“Eu sou Aquele que é”), e aquele que chama seu sujeito, o indivíduo que, pelo próprio chamado, está a ele submetido, o indivíduo chamado Moisés. E Moisés, interpelado — chamado por seu Nome, tendo reconhecido que “trata-se certamente dele” se reconhece como sujeito, sujeito de Deus, sujeito submetido a Deus, *sujeito pelo Sujeito e submetido ao Sujeito*. A prova: ele o obedece e faz com que seu povo obedeça às ordens de Deus.

Deus é portanto Sujeito, e Moisés, e os inúmeros sujeitos do povo de Deus, seus interlocutores-interpelados: seu espelho, seus reflexos. Os homens não foram criados à *imagem* de Deus? Como toda reflexão teológica o prova, embora Ele pudesse perfeitamente passar sem . . . , Deus precisa dos homens, o Sujeito precisa dos sujeitos, assim como os homens precisam de Deus, os sujeitos precisam do Sujeito. Ou melhor: Deus precisa dos homens, o Sujeito dos sujeitos, mesmo na temível inversão de sua imagem neles (quando estes se deixam levar pelos excessos, quer dizer, pelo pecado).

Ou melhor: Deus se duplica a si mesmo, e envia seu Filho à terra, como simples sujeito “abandonado” a si mesmo (o longo lamento do Jardim das Oliveiras

19 Cito não ao pé da letra, mas de forma resumida.

que termina na Cruz), sujeito mas Sujeito, homem mas Deus, para realizar aquilo através do que a Redenção final se prepara, a Ressurreição do Cristo. Deus tem portanto necessidade de "tornar-se" homem, o Sujeito precisa tornar-se sujeito, como para mostrar empiricamente, de forma visível aos olhos, palpável às mãos (veja-se São Tomás) dos sujeitos que, se eles são sujeitos, submetidos ao Sujeito, o são unicamente para voltar finalmente no dia do Julgamento Final ao seio do Senhor, como o Cristo, ou seja ao seio do Sujeito.²⁰

Decifremos em linguagem teórica esta admirável necessidade de desdobramento do *Sujeito em sujeitos* e do *Sujeito mesmo em sujeito-Sujeito*.

Constatamos que a estrutura de toda ideologia, ao interpelar os indivíduos enquanto sujeitos em nome de um Sujeito Único e absoluto é especular, isto é, funciona como um espelho, e duplamente especular: este desdobramento especular é constitutivo da ideologia e assegura o seu funcionamento. O que significa que toda ideologia tem um centro, lugar único ocupado pelo Sujeito Absoluto, que interpela, à sua volta, a infinidade de indivíduos como sujeitos, numa dupla relação especular que submete os sujeitos ao Sujeito, dando-lhes no Sujeito, onde qualquer sujeito pode contemplar sua própria imagem (presente e futura), a garantia de que certamente trata-se deles e Dele, e de que se passando tudo em Família (a Santa Família: a Família é, por sua essência, Santa), "Deus aí reconhecerá os seus", ou seja, aqueles que tiverem reconhecido Deus e se tiverem reconhecido nele serão salvos.

Resumamos o que vimos acerca da ideologia em geral.

A estrutura especular duplicada da ideologia garante ao mesmo tempo:

- 1) a interpelação dos "indivíduos" como sujeitos,

²⁰ O dogma da Trindade é a teoria mesma do desdobramento do Sujeito (o Pai) em sujeito (o Filho) e de sua relação especular (o Espírito Santo).

- 2) sua submissão ao Sujeito
- 3) o reconhecimento mútuo entre os sujeitos e o Sujeito, e entre os próprios sujeitos, e finalmente o reconhecimento de cada sujeito por si mesmo.²¹
- 4) a garantia absoluta de que tudo está bem assim, e sob a condição de que se os sujeitos reconhecerem o que são e se conduzirem de acordo tudo irá bem: "assim seja".

Resultado: envoltos neste quádruplo sistema de interpelação, de submissão ao Sujeito, de reconhecimento universal e de garantia absoluta, os sujeitos "caminham", eles "caminham por si mesmos" na imensa maioria dos casos, com exceção dos "maus sujeitos" que provocam a intervenção de um ou outro setor do aparelho (repressivo) do Estado. Mas a imensa maioria dos (bons) sujeitos caminha "por si", isto é, entregues à ideologia (cujas formas concretas se realizam nos Aparelhos ideológicos do Estado). Eles se inserem nas práticas governadas pelos rituais dos AIE. Eles "reconhecem" o estado de coisas existente (das Bestehende), que "as coisas são certamente assim e não de outro modo", que é preciso obedecer a Deus, a sua consciência, ao padre, a de Gaulle, ao patrão, ao engenheiro, que é preciso "amar o próximo como a si mesmo", etc. Sua conduta concreta, material inscreve na vida a palavra admirável de sua oração: "Assim seja!"

Sim, os sujeitos "caminham por si". Todo o mistério deste efeito está contido nos dois primeiros momentos do quádruplo sistema de que falamos, ou, se o preferirmos, na ambigüidade do termo *sujeito*. Na acepção corrente do termo, sujeito significa 1) uma subjetividade livre: um centro de iniciativas, autor e responsável por seus atos; 2) um ser subjugado, submetido a

21 Hegel é (a sua maneira) um admirável "teórico" da ideologia, enquanto "teórico" de Reconhecimento Universal, que infelizmente desemboca na ideologia do Saber Absoluto. Feuerbach é um surpreendente "teórico" da relação especular, que infelizmente desemboca na ideologia da Essência Humana. Para o desenvolvimento de uma teoria da garantia é necessário retomar Spinoza.

uma autoridade superior, desprovido de liberdade, a não ser a de livremente aceitar a sua submissão. Esta última conotação nos dá o sentido desta ambigüidade, que reflete o efeito que a produz: o indivíduo é *interpelado como sujeito (livre) para livremente submeter-se às ordens do Sujeito, para aceitar, portanto (livremente) sua submissão*, para que ele “realize por si mesmo” os gestos e atos de sua submissão. Os sujeitos se constituem pela sua sujeição. Por isso é que “caminham por si mesmos”.

“Assim seja!”... Estas palavras, que expressam o efeito a ser obtido, provam que as coisas não são “naturalmente” assim (“naturalmente”: fora desta oração, fora da intervenção ideológica). Estas palavras provam que é preciso que assim seja, para que as coisas sejam o que devem ser usemos a palavra; para que a reprodução das relações de produção seja, nos processos de produção e de circulação, assegurada diariamente, na “consciência”, ou seja, no comportamento dos indivíduos-sujeitos, ocupantes dos postos que a divisão social-técnica do trabalho lhes designa na produção, na exploração, na repressão, na ideologização, na prática científica, etc. Neste mecanismo do reconhecimento especular do Sujeito e dos indivíduos interpelados como sujeitos, da garantia dada pelo Sujeito aos sujeitos caso estes aceitem livremente sua submissão às “ordens” do Sujeito, como o que exatamente nos defrontamos? A realidade posta em questão neste mecanismo, a que necessariamente é desconhecida pelas formas mesmas do reconhecimento (ideologia = reconhecimento/desconhecimento), é certamente em última instância, a reprodução das relações de produção e demais relações que delas derivam.

PS. — Se estas teses esquemáticas possibilitam o esclarecimento de alguns aspectos do funcionamento da Superestrutura e de sua forma de intervenção na Infraestrutura, elas são evidentemente abstratas e deixam necessariamente em suspenso problemas importantes, acerca dos quais é necessário dizer alguma coisa:

1) O problema do *processo de conjunto* da realização da reprodução das relações de produção.

Os AIE *contribuem*, como elementos deste processo, para esta reprodução. Mas o ponto de vista de sua simples contribuição permanece abstrata.

É apenas no seio mesmo dos processos de produção e de circulação que esta reprodução é realizada. Ela é realizada pelo mecanismo deste processo, aonde se “consoma” a formação dos trabalhadores, aonde lhes são designados postos, etc. É no mecanismo interno deste processo que se exerce o efeito das diferentes ideologias (sobretudo da ideologia jurídico-moral).

Mesmo assim, este ponto de vista ainda permanece abstrato. Pois, numa sociedade de classes as relações de produção são relações de exploração, e portanto relações entre classes antagônicas. A reprodução das relações de produção, objetivo último da classe dominante, não pode ser assegurada por uma simples operação técnica formando e distribuindo os indivíduos pelos diferentes postos da “divisão técnica” do trabalho. Na verdade, a não ser na ideologia da classe dominante, não existe “divisão técnica” do trabalho: toda divisão “técnica”, toda organização “técnica” do trabalho constitui a forma e a máscara de uma divisão e de uma organização *sociais* (de classe) do trabalho. A reprodução das relações de produção não pode deixar de ser o empreendimento de uma classe. Ela se realiza ao longo de uma luta de classes que opõe a classe dominante à classe explorada.

O *processo de conjunto* da realização da reprodução das relações de produção permanece abstrato até que nos situemos no ponto de vista desta luta de classe. O ponto de vista da reprodução é então, em última instância, o ponto de vista da luta de classes.

2) O problema da natureza de classe *das* ideologias existentes numa formação social.

O “mecanismo” *da* ideologia *em geral* é uma coisa. Vimos que ele se reduzia a alguns princípios apreendidos em algumas palavras (tão “pobres” como os que, segundo Marx, definem a produção *em geral*, ou segundo Freud, o inconsciente *em geral*). Mesmo con-

tendo uma verdade este mecanismo é *abstrato* em relação a qualquer formação ideológica real.

Já expusemos a idéia de que as ideologias se *realizavam* nas instituições, em seus rituais e práticas, os AIE. Vimos que é desta maneira que elas concorriam para esta forma de luta de classe, vital para a classe dominante que é a reprodução das relações de produção. Mas mesmo este ponto de vista, por mais real que seja, permanece abstrato.

Com efeito, o Estado e seus Aparelhos, só têm sentido do ponto de vista da luta de classes, enquanto aparelho da luta de classes mantenedor da opressão de classe e das condições da exploração e sua reprodução. Não há a luta de classes sem classes antagônicas. Quem diz luta de classe da classe dominante diz resistência, revolta e luta de classe da classe dominada.

Por isso os AIE não são a realização *da* ideologia *em geral*, ou mesmo a realização sem conflitos da ideologia da classe dominante. A ideologia da classe dominante não se torna dominante por graça divina, ou pela simples tomada de poder do Estado. É pelo estabelecimento dos AIE, aonde esta ideologia é realizada e se realiza, que ela se torna dominante. Ora, este estabelecimento não se dá por si só, é, ao contrário o palco de uma dura e ininterrupta luta de classes: antes de mais nada contra as antigas classes dominantes e suas posições nos antigos e novos AIE, em seguida contra a classe explorada.

Mas este ponto de vista da luta de classe nos AIE permanece ainda abstrato. Com efeito, a luta de classes nos AIE é certamente um aspecto da luta de classes, por vezes importante e sintomático: por exemplo, a luta anti-religiosa do século XVIII, a "crise" do AIE escolar em todos os países capitalistas hoje. Mas a luta de classes nos AIE é apenas um aspecto de uma luta de classes que ultrapassa os AIE. Certamente a ideologia que uma classe no poder torna dominante em seus AIE se "realiza" nestes AIE, mas ela os ultrapassa, pois ela não se origina neles. Da mesma maneira a ideologia que uma classe dominada consegue defender

dentro de e contra tais AIE os ultrapassa, pois vem de outro lugar.

Apenas do ponto de vista das classes, isto é, da luta de classes, pode-se dar conta *das* ideologias existentes numa formação social. Não é apenas a partir daí que se pode dar conta da realização da ideologia dominante nos AIE e das formas da luta de classes das quais os AIE são a sede e o palco. Mas é sobretudo e também a partir daí que se pode compreender de onde provêm as ideologias que se realizam e se confrontam nos AIE. Porque se é verdade que os AIE representam a *forma* pela qual a ideologia da classe dominante deve necessariamente se realizar, e a forma com a qual a ideologia da classe dominada deve necessariamente medir-se e confrontar-se, as ideologias não “nascem” dos AIE mas das classes sociais em luta: de suas condições de existência, de suas práticas, de suas experiências de luta, etc.